

# ENEI 2025 *Fortaleza* IX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA INDUSTRIAL

"Financiamento e Desenvolvimento Brasileiro:  
oportunidades e desafios"



## O papel das mulheres na indústria têxtil maranhense: transformações no século XX e seus reflexos no século XXI

*Luiz Eduardo Simões de Souza*

*Professor Associado - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)*

*Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8817-5379>*

*E-mail: [luiz.souza@ufma.br](mailto:luiz.souza@ufma.br)*

**Associate Professor - Federal University of Maranhão (UFMA)**

*Perla Daniele Costa Carreiro*

*Mestranda em Desenvolvimento Socioeconômica - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)*

*E-mail: [perla.daniele@discente.ufma.br](mailto:perla.daniele@discente.ufma.br)*

**Master's Student in Socioeconomic Development - Federal University of Maranhão (UFMA)**

*Perla Daniele Costa Carreiro*

*Mestranda em Desenvolvimento Socioeconômica - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)*

*E-mail: [luiza.pinheiro@discente.ufma.br](mailto:luiza.pinheiro@discente.ufma.br)*

**Master's Student in Socioeconomic Development - Federal University of Maranhão (UFMA)**

**Resumo:** Este texto examina as mudanças no trabalho feminino no setor têxtil do Maranhão entre 1870-1954 e o final do século XX ao início do XXI. O estudo investiga a evolução das condições laborais das mulheres, destacando tanto avanços quanto a persistência de desigualdades. No primeiro período, a economia maranhense ainda refletia as marcas da escravidão e do sistema agrário, o que restringia a atuação feminina ao setor informal ou a funções fabris de baixa remuneração e precárias. Mulheres eram submetidas a longas jornadas, salários reduzidos e assédio, sem direitos trabalhistas garantidos. Relatos históricos mostram a exploração das operárias e as dificuldades enfrentadas para garantir condições dignas de trabalho. Já no segundo período, a industrialização, a urbanização e o avanço das lutas feministas ampliaram o acesso das mulheres ao mercado formal. Entretanto, a desigualdade de gênero persiste. Dados da RAIS (2010-2019) indicam que, embora as mulheres representem 68,67% da força de trabalho têxtil, ocupam cargos menos valorizados e recebem salários inferiores aos dos homens, mesmo com níveis de escolaridade e experiência equivalentes. O estudo conclui que, apesar das transformações econômicas e sociais, a divisão sexual do trabalho ainda limita a valorização feminina no setor têxtil maranhense. A permanência dessas desigualdades reforça a necessidade de políticas públicas que promovam maior equidade no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho feminino; Indústria têxtil; Desigualdade de gênero; História do Maranhão; Divisão sexual do trabalho.

**Código JEL:** J16; N36; J21.

**Área Temática:** 8.1 História das Indústrias e das Inovações

---

## **The Role of Women in the Maranhão Textile Industry: Transformations in the 20th Century and Their Reflections in the 21st Century**

**Abstract:** This text examines the changes in women's work in the textile sector of Maranhão between 1870-1954 and from the late 20th century to the early 21st century. The study investigates the evolution of women's working conditions, highlighting both progress and the persistence of inequalities. In the first period, Maranhão's economy still bore the marks of slavery and the agrarian system, which restricted female labor to the informal sector or low-paid, precarious factory jobs. Women were subjected to long working hours, low wages, and harassment, with no guaranteed labor rights. Historical records reveal the exploitation of female workers and the challenges they faced in securing dignified working conditions. In the second period, industrialization, urbanization, and the rise of feminist movements expanded women's access to the formal labor market. However, gender inequality persists. Data from RAIS (2010-2019) indicate that, although women represent 68.67% of the textile workforce, they hold lower-valued positions and receive lower wages than men, even with equivalent education and experience levels. The study concludes that despite economic and social transformations, the sexual division of labor continues to limit the recognition of female workers in Maranhão's textile industry. The persistence of these inequalities underscores the need for public policies that promote greater equity in the labor market.

**Keywords:** Women's work; Textile industry; Gender inequality; History of Maranhão; Sexual division of labor.

## 1. Introdução

A participação das mulheres na indústria têxtil maranhense reflete um longo processo de transformações sociais e econômicas, mas também evidencia a persistência de desigualdades de gênero. Desde o final do século XIX, o trabalho feminino no setor foi marcado por baixos salários, jornadas extenuantes e condições precárias, em um contexto onde a força de trabalho feminina era essencial para a produção, mas pouco valorizada. Mesmo com o avanço das políticas trabalhistas e da luta feminista ao longo do século XX, as operárias têxteis continuaram enfrentando barreiras estruturais que limitavam sua ascensão profissional e mantinham uma hierarquização desigual no ambiente fabril.

Diante desse cenário, este estudo busca analisar as transformações no trabalho feminino na indústria têxtil do Maranhão, comparando dois momentos históricos distintos: de 1870 a 1954 e do final do século XX ao início do XXI. Pretende-se compreender como as mudanças econômicas, políticas e sociais impactaram a presença das mulheres no setor e de que forma a divisão sexual do trabalho ainda perpetua desigualdades no mercado formal. Apesar dos avanços, a valorização das trabalhadoras têxteis continua limitada, demonstrando a necessidade de políticas públicas que promovam maior equidade de gênero e melhores condições de trabalho para as mulheres.

O propósito de se comparar dois momentos históricos do trabalho feminino no Maranhão — entre 1870 e 1954, e no final do século XX e início do XXI — é oferecer uma análise sobre a transformação das condições de trabalho das mulheres e a relação dessas transformações com as mudanças sociais, econômicas e políticas que moldaram a sociedade maranhense ao longo do tempo. Ao realizar essa comparação, buscamos não apenas entender os avanços, mas também refletir sobre as persistentes desigualdades que atravessam o trabalho feminino e como as mulheres foram (e ainda são) desafiadas a lutar contra as estruturas de poder e as normas de gênero em diferentes contextos históricos.

O primeiro momento, que abarca o período de 1870 a 1954, está inserido em um contexto de forte desigualdade social, onde o Maranhão ainda carregava as marcas da escravidão, e o trabalho das mulheres era amplamente limitado a esferas privadas ou informais. O propósito ao estudar esse período é compreender como as mulheres, especialmente em um estado agrário e tradicional como o Maranhão, vivenciaram as rígidas normas de gênero impostas pela sociedade patriarcal, e como o trabalho feminino, muitas vezes invisível e não remunerado, contribuiu para a perpetuação de um sistema de dominação social e econômica. Esse cenário se torna particularmente evidente no Maranhão, uma região de relevância histórica para a economia têxtil brasileira, mas que ainda carece de investigações aprofundadas sobre o papel das mulheres nesse setor. Durante o período de 1870 a 1954, a indústria têxtil maranhense vivenciou diversas transformações impulsionadas por choques externos, como a Guerra Civil dos Estados Unidos (1863-1865), a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Grande Depressão (1929), a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e os primeiros movimentos da Guerra Fria, como a Guerra da Coreia (1951 - 1953). Esses eventos foram determinantes para o avanço do Processo de Substituição de Importações<sup>1</sup> (PSI) no Brasil e moldaram a dinâmica produtiva da região. Nesse contexto, o papel das mulheres operárias na indústria têxtil maranhense revela-se fundamental para entender as mudanças econômicas e sociais que ocorreram no estado. Além disso, estudos sobre a presença feminina na indústria têxtil brasileira frequentemente concentram-se na região Sudeste, especialmente em São Paulo, negligenciando outras áreas com relevância histórica, como o Maranhão. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, entre

<sup>1</sup> Conforme a definição de Tavares (1972), a expressão “substituição de importações” no sentido estrito refere-se a uma estratégia econômica adotada por países, especialmente durante o século XX, com o objetivo de reduzir a dependência de produtos estrangeiros e fomentar o desenvolvimento industrial local. No sentido estrito, essa política implica a implementação de medidas protecionistas, como tarifas alfandegárias elevadas, cotas de importação ou proibições diretas, para desestimular a entrada de bens que podem ser produzidos internamente. Paralelamente, incentivos são oferecidos às indústrias nacionais para que desenvolvam capacidade produtiva equivalente à dos bens importados. Essa abordagem busca não apenas fortalecer a economia local, mas também promover o crescimento de setores industriais estratégicos, gerando empregos e reduzindo vulnerabilidades externas.

1900 e 1939, o estado foi o segundo maior produtor de algodão do país, o que reforça sua importância na cadeia produtiva têxtil nacional. Apesar disso, pouco se sabe sobre as condições de trabalho das mulheres, suas formas de resistência e a maneira como as desigualdades de gênero moldaram suas experiências nesse setor. Este trabalho é um conjunto de dois estudos de conclusão de curso que abordam, sob perspectivas distintas, a inserção e a permanência das mulheres no setor industrial maranhense.

Já o segundo momento, no final do século XX e início do XXI, reflete um contexto de transformações sociais mais amplas, como a urbanização, a industrialização, e o avanço das lutas feministas que exigiram a reconfiguração das estruturas de trabalho e da participação das mulheres na sociedade. O propósito dessa análise é identificar os avanços concretos na inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, as mudanças nas políticas públicas e o impacto da educação, das leis trabalhistas e do movimento feminista na ampliação da autonomia das mulheres. A comparação desses dois períodos nos permite examinar como as condições materiais e simbólicas de vida das mulheres foram moldadas e como as mulheres passaram a ter, de forma gradual, maior acesso a espaços de trabalho antes restritos aos homens. Juntas, essas abordagens traçam um panorama abrangente sobre a evolução das práticas laborais femininas no setor, destacando tanto continuidades quanto rupturas históricas que moldam a experiência dessas trabalhadoras.

Na primeira fase, a metodologia baseia-se em fontes históricas que revelam as condições laborais das mulheres durante um contexto marcado pela transição pós-escravidão e pela economia agrária. A pesquisa recorre a relatos documentais, registros de época e estudos historiográficos para evidenciar como as operárias eram exploradas em funções fabris precárias, sem direitos trabalhistas garantidos. Na segunda fase, adota-se uma perspectiva mais contemporânea, utilizando dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)<sup>2</sup> no período de 2010 a 2019 para examinar a participação feminina no mercado formal de trabalho têxtil. Esses dados permitem identificar padrões atuais de desigualdade, como a segregação ocupacional e os salários inferiores pagos às mulheres em comparação aos homens.

A metodologia combina, portanto, análise qualitativa de fontes históricas com estatísticas recentes, permitindo uma comparação entre os dois períodos e uma avaliação das mudanças e permanências nas condições laborais das mulheres. Também são incorporados elementos das lutas feministas e dos processos de industrialização e urbanização como variáveis explicativas para as transformações observadas no mercado de trabalho. Ao cruzar essas abordagens, o estudo busca entender não apenas as dinâmicas econômicas e sociais que moldaram o setor têxtil, mas também como a divisão sexual do trabalho persiste e limita a valorização feminina. A conclusão reforça a necessidade de políticas públicas específicas, baseando-se na constatação de que as desigualdades de gênero ainda são estruturais no setor, apesar das mudanças ocorridas ao longo do tempo.

No estudo histórico, fontes documentais como registros empresariais, acervos públicos e notícias da época revelam um cenário marcado por jornadas extenuantes, baixos salários e uma constante desvalorização do trabalho feminino. Apesar de essencial para o funcionamento do setor, o trabalho das mulheres era frequentemente invisibilizado ou relegado a funções subalternas, em uma sociedade profundamente influenciada pelas hierarquias de gênero e pela transição de um regime escravista para uma economia industrial.

Por outro lado, a análise contemporânea, embasada nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), traz à tona os desafios enfrentados pelas mulheres no setor têxtil maranhense entre 2010 e 2019. Mesmo em um cenário formalizado e teoricamente mais equitativo, persiste uma disparidade salarial significativa entre homens e mulheres, não explicada por variáveis

<sup>2</sup> Os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) foram obtidos por meio do Ministério da Economia, responsável pela gestão dessas informações. A RAIS reúne dados detalhados sobre o mercado formal, incluindo idade, gênero, escolaridade e salário dos trabalhadores. Microdados anonimizados estão disponíveis no Portal de Microdados do Ministério da Economia ou no Dados Abertos do Governo Federal (<http://dados.gov.br>), enquanto indicadores agregados podem ser consultados no SIDRA/IBGE.

estatísticas como nível de escolaridade ou experiência profissional. Essas discrepâncias reforçam que as dinâmicas de poder associadas à divisão sexual do trabalho continuam a influenciar negativamente a valorização econômica das trabalhadoras no mercado formal.

Essas duas perspectivas, ao dialogarem entre si, oferecem uma perspectiva única sobre a permanência e as transformações das desigualdades de gênero no setor industrial do Maranhão. Mais do que uma análise setorial, este trabalho lança luz sobre as condições sociais, políticas e econômicas que configuram a experiência laboral das mulheres ao longo de mais de um século.

Justificar o tema a partir da perspectiva da história comparada permite evidenciar, de maneira mais incisiva, as continuidades e rupturas nas condições de trabalho feminino no Maranhão, contextualizando-as dentro de transformações históricas e sociais mais amplas. A história comparada nos oferece a possibilidade de analisar as mudanças nas práticas e nas estruturas sociais ao longo do tempo, não apenas observando as diferenças entre os períodos, mas também compreendendo como os legados históricos e as heranças culturais influenciam a trajetória das mulheres em diferentes contextos. Ao comparar o período entre 1870 e 1954 com o final do século XX e início do XXI, podemos perceber como o trabalho feminino, inicialmente condicionado por um sistema agrário e patriarcal, foi transformado pelas mudanças econômicas e políticas, incluindo a urbanização, a industrialização e os avanços nas lutas feministas. Esse enfoque comparativo permite identificar as contradições presentes na história do trabalho feminino no Maranhão, revelando tanto as conquistas quanto as limitações que ainda persistem, e oferecendo uma visão mais abrangente das dinâmicas de gênero, das relações de poder e das resistências sociais que moldam o campo de atuação das mulheres no mercado de trabalho e na sociedade.

## **2. Origens da indústria têxtil no Maranhão**

A indústria têxtil no Maranhão durante o período de 1870 a 1954 apresentou uma estrutura marcada pela presença de várias fábricas distribuídas principalmente nas cidades de São Luís, Caxias e Codó. Essas fábricas eram, em sua maioria, de pequeno e médio porte, com gestão familiar e voltadas para a produção de tecidos para consumo local e regional.

Dois fatores parecem ter sido importantes para o crescimento do setor na década de 1870, a saber:

1. O choque externo causado pela Guerra de Secessão dos Estados Unidos, entre 1861 e 1865, o que prejudicou sobremaneira as exportações de algodão do sul estadunidense, gerando uma vantagem competitiva para a produção algodoeira no Maranhão, e
2. Uma estratégia de diversificação de carteira dos plantadores e exportadores de algodão no sentido de abastecer o mercado interno.

A estrutura da indústria têxtil maranhense foi marcada por uma diversidade de fábricas, desde pequenas unidades familiares até grandes empresas, que atendiam tanto ao mercado interno quanto ao mercado externo.

Em comparação com outros lugares do Brasil em que ocorriam surtos industriais, é possível encontrar causas análogas, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, no mesmo período (BARBOSA, 2012, VERSIANI, 1978 e SOUZA, 2005). O diferencial maranhense se dá em dois fatores específicos: localização e abundância de matéria-prima. Contudo, a distância da atividade dinâmica desenvolvida no país em meados do século XIX - o café - e dificuldades ligadas à formação do complexo econômico nordestino (FURTADO, 2009) não deram aos fatores de localização e matéria-prima as vantagens competitivas que poderiam conduzir o Maranhão a um protagonismo no setor da indústria têxtil.

No final do século XIX, a instalação de fábricas têxteis no Maranhão marcou uma transição econômica e social, impulsionando o crescimento industrial e urbano, mas com benefícios desiguais, especialmente para o operariado feminino. As mulheres, oriundas das camadas mais baixas da

população, viam no trabalho nas fábricas uma alternativa de sobrevivência em um contexto de extrema desigualdade. As condições de trabalho nas indústrias têxteis eram precárias, com longas jornadas, salários baixos, assédio e exploração constantes, revelando a vulnerabilidade das operárias.

Além disso, a falta de habitação adequada intensificava a precariedade das condições de vida, com alojamentos oferecidos pelas empresas, reforçando o ciclo de exploração. A escassez de acesso à educação e as responsabilidades familiares também limitavam as oportunidades de ascensão social e profissional das trabalhadoras. Os estudos sobre o operariado feminino no Maranhão, como o de Maria Cristina Pereira de Melo (1990), abordam esses desafios e ressaltam a importância de compreender a luta das mulheres por direitos laborais e igualdade de gênero.

O trabalho de Melo sobre a fábrica Santa Efigênia, que funcionou entre 1880 e 1960, ilustra como a economia maranhense interagiu com os ciclos econômicos nacionais e internacionais, refletindo no desenvolvimento e decadência das indústrias locais. Ela observa que a história das mulheres trabalhadoras têxteis deve ser reconhecida não apenas pela exploração vivida, mas também pelas estratégias de resistência que contribuíram para a construção da sociedade maranhense, Segundo Melo (1990, p. 34):

A desorganização definitiva da grande exploração algodoeira, em razão da abolição do trabalho escravo, levou os detentores dos capitais a buscar como alternativa de acumulação, a atividade industrial têxtil. Contavam, para isso, com condições especiais de matéria-prima, disponibilidade de capital e, em certa medida, existência de uma população urbana relativamente significativa, além da tecnologia têxtil encontrar-se à disposição do mercado internacional.

Nos últimos vinte anos do século XIX, várias unidades fabris têxteis foram instaladas no Maranhão, com investimentos provenientes de recursos do capital comercial e de financiamentos das casas de exportação. Em regiões mais distantes, como Caxias e Codó, os aportes vieram diretamente dos proprietários fundiários, associados à rede comercial emergente (ANDRADE, 2011). A formação da força de trabalho nas indústrias têxteis maranhenses coincidiu com a inserção da população liberta das relações escravistas, sem qualquer posse ou usufruto dos meios produtivos, dependendo exclusivamente de sua força de trabalho para sobreviver. Nesse contingente, as mulheres, em grande parte oriundas do sistema escravista, representavam uma parcela significativa da mão de obra. De acordo com Melo (1990), até 70% das trabalhadoras em uma das maiores fábricas da época eram mulheres, indicando que os percentuais nas demais indústrias provavelmente eram semelhantes. Relatos da época, presentes nos jornais, destacam as péssimas condições enfrentadas pelas operárias, como longas jornadas, baixos salários, abusos e assédio constante.

Maria da Glória Correia, em seu estudo *Nos fios da trama: Quem é essa mulher?* Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX, analisa as condições de trabalho das operárias têxteis no Maranhão, focando nas suas estratégias de resistência e formas de organização. A classe trabalhadora era majoritariamente composta pelos mais empobrecidos das áreas urbanas, enquanto poucos migrantes ocupavam tarefas especializadas. Isso resultou em formas extremas de exploração, como habitação precária, adiantamentos em dinheiro ou mercadorias, o que tornava os trabalhadores dependentes do sistema fabril. A situação das mulheres, em grande número dentro desse contexto, estava ainda mais sobrecarregada pelas relações abusivas de gênero. As condições de habitação, trabalho e educação, além das dificuldades com a convivência familiar, principalmente com os filhos, dificultavam a integração das trabalhadoras ao modelo da classe burguesa (CORREIA, 2006).

Esses estudos oferecem perspectivas expandidas à compreensão da história do trabalho feminino no estado e apontam para a necessidade de aprofundamento da pesquisa. Observa-se, também, semelhanças entre os estudos regionais sobre mulheres operárias, evidenciando que, além das questões gerais relacionadas ao trabalho – como jornada, salários e segurança – as mulheres enfrentavam desafios específicos relacionados ao gênero, que não só refletiam a superexploração

capitalista, mas também a dominação patriarcal, com o controle sobre seus corpos e comportamentos. A dupla jornada das trabalhadoras também se reflete em suas estratégias de emancipação.

### 3. Evolução cronológica

O desenvolvimento da indústria têxtil no Maranhão entre 1870 e 1945 pode ser dividido em três fases distintas: Implementação (1870 - 1890); Expansão (1890 - 1920) e Crise e retração (1920 - 1945)

#### 3.1. Implementação (1870-1890)

Nessa fase, a indústria têxtil maranhense estava em seu estágio embrionário, com a fundação das primeiras fábricas. As primeiras empresas foram estabelecidas em São Luís, Caxias e Codó, sendo predominantemente de caráter familiar (VIVEIROS, 2014, vol. 2).

Essas fábricas enfrentaram desafios iniciais, como a obtenção de capital e a importação de equipamentos e abastecimento de matérias-primas. O estímulo pela retração na oferta de algodão e tecidos causada pela Guerra Civil dos EUA (1861 - 1865) aumentou a rentabilidade da atividade algodoeira e fabril, fornecendo ao mesmo tempo o estímulo para a produção industrial e o capital a ser invertido, para além das atividades comerciais (CALDEIRA, 1988).

Ao mesmo tempo, o processo gradual de cessamento do trabalho escravo (PRADO, 1988), ainda que considerado muito lento pela hipoteticamente primeira interessada no estabelecimento da atividade no Brasil, a Inglaterra, gerava o potencial para a entrada de uma força de trabalho capaz de suprir a demanda por mão de obra de uma atividade fabril.

Outra questão importante é o emprego do maquinário. Com o desenvolvimento de tecnologias de uso de energia e propulsão característicos do desenvolvimento da Revolução Industrial em meados do século XIX (HOBSBAWM, 1988), as máquinas utilizadas até então pelas indústrias têxteis (predominantemente localizadas na Inglaterra e no norte dos EUA) tornaram-se obsoletas, encontrando nas iniciativas de empreendimentos têxteis no Maranhão compradores interessados em produzir, sobretudo para o abastecimento do mercado interno. As vantagens tarifárias da Inglaterra no comércio com o Brasil, vindas desde os acordos de 1810, e a proximidade portuária parecem ter estimulado definitivamente os industriais maranhenses a comprar a tecnologia de segunda geração. Iniciou-se, dessa forma, a produção de tecidos de algodão, principalmente para atender à demanda regional.

#### 3.2. Expansão (1890-1920)

Durante esse período, a indústria têxtil maranhense passou por um processo de expansão e consolidação. A reforma bancária e financeira de 1890 - 1892 abriu espaços para a criação de sociedades anônimas e limitadas, favorecendo a captação de investimentos e a abertura de empresas (VIVEIROS, 2014, vol. 2). A abolição da escravatura em 1888, aumentou a oferta de mão de obra (e o exército industrial de reserva) para o operariado fabril, permitindo não apenas a manutenção, mas a ampliação da atividade fabril no Maranhão, destinada ao mercado nordestino, que competia regionalmente com indústrias fabris no Ceará e em Pernambuco.

Novas fábricas foram fundadas, principalmente em São Luís, impulsionadas por investimentos e incentivos governamentais (CALDEIRA, 1988). As empresas buscaram modernizar suas estruturas e equipamentos, retirando um pouco do atraso tecnológico estabelecido desde sua origem e diversificando a produção. A demanda por tecidos aumentou tanto no mercado regional quanto no mercado nacional, impulsionada pelo crescimento populacional e pelo desenvolvimento de outras indústrias, além da restrição da concorrência com as importações dada pelo choque externo da Primeira Guerra (1914 - 1918). Não é possível afirmar que este seja um caso de “substituição de importações” no sentido estrito (como em TAVARES, 1972 e SUZIGAN, 2000), mas é inegável o papel do impacto no mercado interno da restrição da oferta externa em função do conflito de 1914.

### 3.3. Crise e retração (1920-1945)

A partir da década de 1920, a indústria têxtil maranhense enfrentou uma série de desafios que levaram a uma fase de crise e retração. Um conjunto de crises externas afetaria drasticamente a economia brasileira e maranhense. A Crise de 1929 causaria impactos estruturais irreversíveis na estratégia econômica até então adotada pelo Brasil, qual seja a de exportador de matérias-primas e produtos primários, praticamente forçando-o, de maneira ainda mais intensiva a partir da Segunda Guerra (1939 - 1945) a desenvolver certo dinamismo em seu mercado interno. Nesse sentido, o governo brasileiro, a partir de 1930, sob novo regime político, teria papel preponderante na criação de indústria de base e investimentos destinados à criação e desenvolvimento de diversos setores industriais, através de políticas altamente diversificadas.

O que, à primeira vista, poderia ser visto como um estímulo ao desenvolvimento do setor têxtil da indústria maranhense, observa várias glosas. A concorrência de outras regiões produtoras, como o sudeste do Brasil, mudanças nas relações comerciais no ambiente econômico nacional, e a redução de custos de transportes e transformações estruturais na economia brasileira observadas sobretudo a partir da década de 1930 (BARBOSA, 2006), evidenciaram a falta de competitividade das fábricas maranhenses, que terminaram por revelar uma certa rigidez na adaptação a novas situações de mercado. A instabilidade econômica e política do período, a falta de modernização tecnológica e a escassez de matérias-primas agravaram a situação das fábricas, que terminaram por perder mercado para a concorrência regional.

Como resultado, muitas fábricas tiveram que encerrar suas operações ou reduzir significativamente sua produção. Já a partir da década de 1940, os efeitos da industrialização substitutiva já se faziam sentir na competitividade da indústria têxtil maranhense, que perdia amplo espaço para a concorrência cearense, pernambucana e paulista, que aproveitavam melhor as vantagens competitivas criadas pelas políticas governamentais no ambiente econômico. O padrão apontado para o desenvolvimento industrial observado no Brasil, sobretudo no sudeste pelo chamado processo de substituição de importações no pós-guerra (SUZIGAN, 2000) veria o descolamento da indústria têxtil maranhense em sua decolagem.

Quase nenhuma indústria têxtil maranhense criada nos anos 1880 - 1890 resistiria para além da década de 1970, cristalizadas em sua estrutura de gestão familiar, transformadas em verdadeiros museus tecnológicos, devido à falta de investimento nesse setor. Algumas delas constituem, de fato, verdadeiros pontos turísticos em São Luís, Codó e Caxias, ainda hoje.

### 3.4. Um instantâneo da indústria têxtil maranhense: 1895

Com base em dados extraídos de várias fontes<sup>3</sup>, foi possível construir um instantâneo da indústria têxtil maranhense em meados da década de 1890, com algumas extensões para as décadas seguintes, o que permite uma série de considerações.

As fábricas têxteis no Maranhão em 1895 apresentavam uma variedade de características e números que refletiam o desenvolvimento industrial da época. Analisando os dados fornecidos, podemos destacar alguns aspectos relevantes.

O setor estava em pleno desenvolvimento, com um crescimento notável, investimentos expressivos e capacidades produtivas significativas. Em contraponto, também havia desafios a serem

<sup>3</sup> As fontes são: Arquivo da JUCEMA, complementado por IBGE (1987), VIVEIROS (2014, vol. 2), SUZIGAN (2000), e TEIXEIRA (2003). É importante ressaltar que é muito difícil apresentar-se um cotejo “definitivo” do total das indústrias têxteis no Maranhão para o período, devido às características de registro e suas mudanças ao longo do tempo. Também é importante a ressalva de que os registros presentes nos Censos Industriais de 1920 e 1940 apresentam os mesmos problemas de cômputo. Então, o cotejo com diferentes fontes consideradas “primárias” nos pareceu a melhor opção. Destaca-se o caráter amostral dos dados apresentados. Um levantamento completo sob a forma de série histórica ainda está por ser realizado.

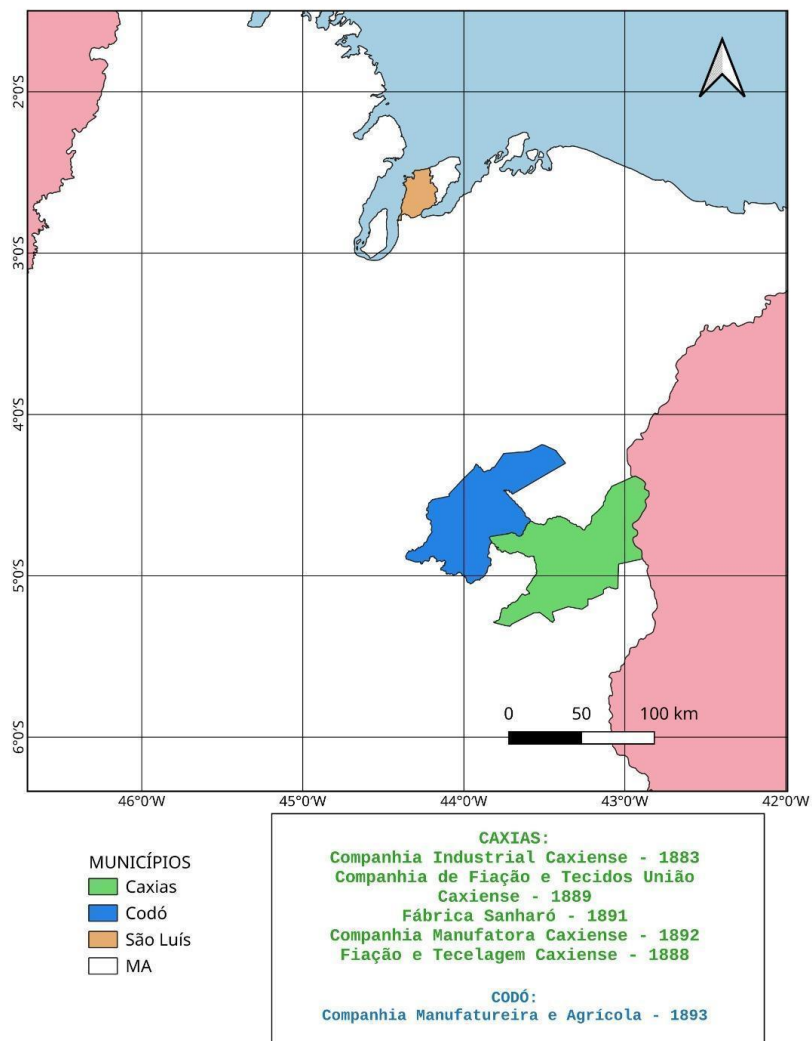
enfrentados, como a concorrência e as instabilidades econômicas, que influenciaram o fechamento de algumas fábricas ao longo dos anos.

Primeiramente, é notável que a maioria das fábricas teve sua fundação entre os anos de 1890 e 1894, indicando um período de crescimento acelerado nesse setor. As localizações mais comuns eram São Luís, com diferentes bairros como Apicum, Anil, Camboa do Mato e diversas ruas, e Caxias. Essa rápida expansão evidencia um esforço para acompanhar a demanda crescente por produtos têxteis na região.

| <b>Tabela 1: indústrias têxteis fundadas até 1895 no Maranhão</b>                                             |                 |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|------------|
| <b>Nome</b>                                                                                                   | <b>Abertura</b> | <b>Fim</b> |
| Companhia Fabril Maranhense (Fábrica Santa Isabel)                                                            | 1893            | 1971       |
| Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil                                                                        | 1890 (1867)     | 1966       |
| Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense (Camboa)                                                             | 1890            | 1970       |
| Companhia Industrial Caxiense                                                                                 | 1883            | 1903       |
| Companhia Manufatureira e Agrícola                                                                            | 1893            | n/d        |
| Companhia de Fiação e Tecidos Cãnhamo                                                                         | 1891            | 1969       |
| Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense                                                                  | 1889            | 1950       |
| Companhia Progresso Maranhense                                                                                | 1892            | n/d        |
| Companhia de Lanifícios Maranhense (Fábrica Santa Amélia)                                                     | 1894            | 1969       |
| Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís                                                                      | 1894            | 1960       |
| Companhia Industrial Maranhense                                                                               | 1894            | n/d        |
| Fábrica Sanharó                                                                                               | 1891            | n/d        |
| Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton                                                                           | 1893            | n/d        |
| Companhia Manufatora Caxiense                                                                                 | 1892            | n/d        |
| Fiação e Tecelagem Maranhense                                                                                 | 1887            | n/d        |
| Fiação e Tecelagem Caxiense                                                                                   | 1888            | n/d        |
| Fiação e Tecelagem Fabril Maranhense                                                                          | 1893            | n/d        |
| Fontes: JUCEMA, complementado por VIVEIROS (2014 [1954], v. 2) SUZIGAN (2000), TEIXEIRA (2003) e IBGE (1987). |                 |            |

A concentração das fábricas em São Luís e Caxias indica a importância dessas cidades como centros industriais na época. Nos mapas 1 e 2, é possível observar a dispersão espacial pelo Estado do Maranhão e pela cidade de São Luís. É importante pontuar que a criação de um pólo manufatureiro têxtil em Codó-Caxias denota o caráter de orientação para o mercado doméstico da produção. Essa tendência se confirmaria pela metade do século XX. A concentração das indústrias têxteis em São Luís para a área central da cidade, como se apresenta no Mapa 2, por sua vez, denota o aproveitamento do comércio e da zona portuária.

# INDÚSTRIAS TÊXTEIS, EM CODÓ E CAXIAS, MARANHÃO, 1895



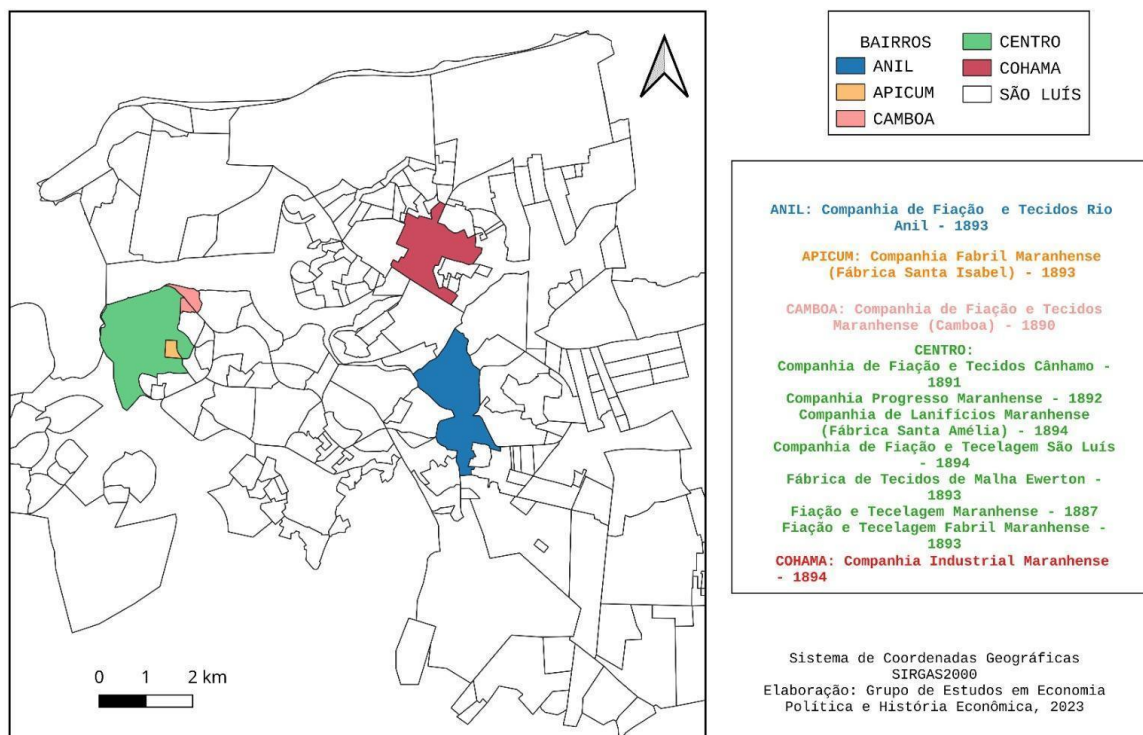
FONTE: IBGE  
Sistema de Coordenadas Geográficas  
SIRGAS2000

Elaboração: Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica, 2023

## Mapa 1

Fonte dos Dados: Tabela 1

## INDÚSTRIAS TÊXTEIS EM SÃO LUÍS, MARANHÃO, EM 1895



Mapa 2

Fonte dos Dados: Tabela 1

A gestão familiar era uma característica comum nas fábricas têxteis maranhenses, com a propriedade e administração passando de geração em geração. Esse modelo de gestão pode ter influenciado a forma como as empresas foram estruturadas, com ênfase na tradição e na continuidade das atividades. Algumas fábricas tiveram seu fechamento registrado ao longo dos anos, indicando a instabilidade enfrentada pelo setor têxtil da região. Esses fechamentos podem ter sido resultado de diversos fatores, como problemas financeiros, falta de competitividade ou mudanças nas demandas do mercado.

Ao analisar a duração média das empresas têxteis no Maranhão, que é relatada como 70 anos, considerando o caráter familiar da gestão dessas empresas e as características do complexo econômico nordestino, podemos formular algumas hipóteses.

Em primeiro lugar, pode-se considerar a instabilidade política e econômica. A região nordeste do Brasil, incluindo o Maranhão, historicamente enfrentou desafios políticos e econômicos que afetaram a estabilidade dos negócios. Oscilações nas políticas governamentais, mudanças nas condições do mercado e crises econômicas podem ter contribuído para a duração relativamente curta das empresas têxteis. A isso se soma a concentração regional. O Nordeste brasileiro, historicamente, foi marcado por um padrão de concentração de atividades econômicas em poucas regiões, como é o caso de São Luís e Caxias no Maranhão. Essa concentração pode ter gerado uma espécie de "monopólio regional" para as empresas têxteis, garantindo sua sobrevivência e duração por um período mais longo. Nesse sentido, deve-se também considerar as características próprias do setor têxtil. Este é altamente competitivo, e a presença de várias empresas no Maranhão pode ter levado a uma concorrência acirrada.

O caráter familiar da gestão pode ter limitado a capacidade das empresas em se adaptar às mudanças do mercado, inovar e enfrentar a concorrência, levando eventualmente ao declínio e

fechamento das fábricas. No contexto do complexo econômico nordestino, onde muitas atividades produtivas eram conduzidas por famílias, as empresas têxteis podem ter se beneficiado da continuidade geracional e da transmissão de conhecimentos e experiências entre os membros da família. Empresas familiares também enfrentam desafios particulares, como questões de sucessão, falta de profissionalização na gestão e conflitos internos. Esses fatores podem ter contribuído para a duração limitada das empresas têxteis no Maranhão, já que a gestão familiar pode ter enfrentado dificuldades para lidar com essas questões, resultando no encerramento das operações.

No final do século XIX, a instalação das fábricas têxteis no Maranhão impulsionou o desenvolvimento industrial e o crescimento urbano, mas os benefícios desse processo não foram igualmente distribuídos, especialmente para as mulheres trabalhadoras, que em sua maioria eram oriundas das camadas mais pobres. A indústria têxtil se tornou uma alternativa de sustento para essas mulheres em um contexto de grandes desigualdades sociais, mas o trabalho nas fábricas era marcado por condições extremamente precárias. As longas jornadas, os baixos salários e o ambiente de abuso e exploração caracterizavam a realidade dessas operárias.

#### 4. Crônicas da época: séculos XIX e meados do XX

Estudos como o de Maria da Glória Correia, em *Nos fios da trama*, analisam as estratégias de resistência e organização das operárias, destacando as dificuldades que enfrentavam, incluindo maus-tratos e assédio, frequentemente relatados na imprensa local. Jornais como *Tribuna do Povo*<sup>4</sup>, *O Operário* e *Jornal dos Artistas*<sup>5</sup> foram fontes essenciais para entender essa realidade, dando voz às angústias da classe operária e revelando as injustiças de sua condição. Em um artigo de 1918, intitulado *A voz do operário*, o jornal relatava abusos contra as mulheres, expondo a vulnerabilidade e a falta de proteção enfrentadas por elas.

Além das difíceis condições de trabalho, as mulheres grávidas nas fábricas enfrentavam uma realidade particularmente desafiadora. Muitas vezes, a gravidez era indesejada e, sem assistência adequada, recorriam a métodos perigosos, como abortos clandestinos. Esse ciclo de exploração, agravado pela falta de moradia adequada e pelas dívidas contraídas com os empregadores, perpetuava a dependência das operárias do sistema fabril. A falta de apoio para as mulheres grávidas refletia a interseção entre a opressão de classe e de gênero, que impunha às trabalhadoras uma vida de sacrifícios e sofrimento, sem a possibilidade de escolher seu destino ou melhorar suas condições de vida.

Esses relatos, tanto nos estudos acadêmicos quanto na imprensa da época, oferecem uma visão crucial das condições de trabalho das mulheres operárias no Maranhão, destacando as tensões entre a exploração econômica e a luta por dignidade e direitos, essa triste realidade é evidenciada nos registros do jornal *Tribuna do Povo* de 27 de agosto de 1953:

A perseguição às operárias que têm filhos traz consequências muito sérias para a saúde daquelas mulheres, São operários. Precisam de trabalhar para subsistir, e para afastar o fantasma do desemprego quando se sentem grávidas, lançam a mão de todos os meios para abortar. Como não dispõem de dinheiro para recorrer às habilidades <fazedores de anjo>, vão a qualquer curiosa e prejudicam seriamente a saúde, o que vem diminuir a sua produção na fábrica, quando não as obriga a ficar semanas e semanas prostradas em casa, sem assistência, sem medicação correndo perigo de vida, PELA LIBERTAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA.

<sup>4</sup> O *Tribuna do Povo* foi um jornal maranhense em circulação entre 1949 e 1959, liderado por Maria Aragão, médica, mulher negra e militante comunista, que desempenhava múltiplas funções como redatora, secretária e responsável pela venda do periódico. Com uma linha editorial combativa, o jornal destacou-se por denunciar desigualdades sociais, promover a visibilidade das questões de gênero e atuava como uma plataforma de expressão para as demandas dos trabalhadores, consolidando-se como um significativo instrumento de transformação e conscientização social.

<sup>5</sup> Jornal dedicado às artes em geral, que circulou nas primeiras décadas do século XX no Maranhão, intitulado defensor da classe artística, em especial, dos trabalhadores das fábricas têxteis, acesso ao arquivo na BPBL - ACERVO NACIONAL, *Jornal dos Artistas* 1918. Apud MELO (1990).

Esta forma de opressão pode ser derrubada pela classe operária desde que ela se convença de sua força, e faça do sindicato a sua fortaleza, levando para lá todos os textéis, sindicalizando em massa e unificado a classe para a luta por sua libertação.

A formação da força de trabalho da indústria fabril maranhense acompanha a inserção da população liberta das relações escravistas, em seu caráter desprovido de qualquer posse ou usufruto dos meios produtivos, tendo apenas sua capacidade laborativa para assegurar seu sustento. Dentre esse grupo, predominavam mulheres, a maioria delas provenientes de famílias que anteriormente estiveram em situação de escravidão. Segundo Melo (1990), chegavam a 70% do total das trabalhadoras fabris em uma das maiores indústrias da época, o que mostra um indicador relevante para induzir-se que nas demais, o percentual não fosse muito diferente. Em alguns jornais é possível encontrar relatos a respeito das operárias de São Luís, em condições de precariedade – longas jornadas de trabalho, salários baixos e, principalmente, maus-tratos e assédio (que essas mulheres sofriam constantemente).

Um trecho do jornal *O Operário*, que circulava na virada do século XIX para o XX no Maranhão, revela um caso emblemático que ilustra as desigualdades sociais e desanimadoras presentes na sociedade da época. O crime de defloração da menor Cecília Galvão, cometido por Francisco Castro, um influente caixeiro da casa comercial Cunha Santos, expõe como disparidades a condição desvalida da jovem operária e o poder econômico do acusado. Vejamos *O Operário*, número 34, de 23 de julho de 1893:

JURY

Consta-nos que, na próxima semana, subirá o julgamento, neste tribunal o crime de defloração da menor Cecília Galvão, de que é accusado Francisco Castro, caixeiro importante da casa commercial - Cunha Santos - desta praça.

Nada teríamos a ver com esse julgamento, si não soubessemos do que se trama. afim de que o veredictum do tribunal seja favoravel ao acusado. Cecilia é menina desvalida, operaria em uma das fabricas de fiação da cidade; Francisco Castro é caxeiro burgueses opulentos que lhe dispensam toda a proteção.

Cecilia representa o trabalho maioria da sociedade actual consideram como a miséria; Francisco Castro representa o capital, o poder do ouro, a cuja omnipotencia tudo deve ceder, diante do qual até a honra de uma mulher nada vale; eis a questão Dahi os pedidos e promessas que se estão fazendo aos jurados, segundo nos consta, como se esta affronta aos brios dos dignos juizes de facto fosse a cousa mais natural e justa

Temos fé, porém, que o jury saberá colocar-se acima de todas as misérias e proceder com a calma, critério e imparcialidade próprias destes santuários de reparação que sabem comprehender sua missão elevada, fazendo justiça.

Cecília representava “a maioria trabalhadora da sociedade”, relegada à miséria e vulnerabilidade. Por outro lado, Francisco Castro personificava “o capital e o poder do dinheiro”, diante do qual “até a honra de uma mulher” parecia “não ter valor”. A matéria colocava, assim, um impasse sobre as relações de poder e privilégio que permeavam a sociedade. Os meandros descritos pela reportagem denotam o caráter machista, racista, patrimonialista, clientelista em que estava fundamentado o chamado “Estado de Direito”, dotado da chamada “liberdade jurídica” do capitalismo. No *Jornal Tribuna do Povo*, de 17 de janeiro de 1958:

# Continuam as explorações na Fábrica Santa Izabel

OPERARIAS PERCEBEM ATE' VINTE E TRÊS CRUZEIROS POR DIA—SINDICATO E MINISTERIO DO TRABALHO NÃO DÃO SINAL DE VIDA—JOÃO VIEIRA E' PAGO PELO SINDICATO E NÃO SE INTERESSA PELOS PROBLEMAS DA CLASSE

Constantemente nos ocupamos da vexatória situação em que enfrenta o trabalhador textil maranhense, vezes ga-

nhando menos da metade do salario-mínimo vigente e sofrendo perseguição por parte dos empregadores e seus auxiliares imediatos.

DIÁRIA DE CR\$. 23,00

Na última quinzena, tivemos oportunidade de verificar envelopes de pagamento de várias operárias da secção de tecelagem da Fábrica Santa Izabel, onde haviam tecelãs, que trabalhavam por produção, que

raceberam sómente Cr\$. 346,40 por quinze dias de serviço, ainda deduzindo 70,00 para o Instituto dos Industriários, o que equi-

vale dizer que tais operárias ganham uma média de vinte e três cruzeiros por dia, quando o

(Conclue na 2ª pag.)

## ante na I.A.P.I.

E FERIADOS SEM O AZAMENTO

zém—nos tiram lenta-  
(Conclue na 2a. pag.)

## As eleições italianas

COMUNISTAS E SOCIALISTAS OBTIVERAM 45,5 % DA VOTAÇÃO

Roma, (FP)—A percentagem oficial dos votos obtidos pelos comunistas e socialistas, (conclue na 2ª pag.)

Comunista 510.765 (25,5%)  
Socialistas (conclue na 2ª pag.)

## Aniversario d. Sind. dos Graficos

FORAM INAUGURADOS OS DEPARTAMENTOS MÉDICO, DENTÁRIO, JURIDICO E LANÇADA A CAMPANHA PRÓ-INSTALAÇÃO DA ESCOLA —DE ARTES GRÁFICAS—

Conforme noticiamos em nossa edição anterior, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de S. Luís festejou, solenemente, seu 21º aniversário de fundação, tendo realizado um vasto programa, do

guração dos Departamentos médico, dentário, jurídico, e, uma vespéral dançante que encerrou-se às 18,30 horas.

CAMPANHA PRÓ-INSTALAÇÃO DA ESCOLA

<sup>6</sup> Em 1954, o salário mínimo vigente era de Cr\$ 2.400,00 mensais, pelo Decreto nº 35.450/1954. O recebido pelas trabalhadoras representava 28,75% da diária do salário mínimo.

Essa situação era agravada pela dedução de contribuições compulsórias, como a destinada ao Instituto dos Industriários, que reduzia ainda mais os já insuficientes ganhos.

A negligência das autoridades competentes, incluindo o Sindicato e o Ministério do Trabalho, evidenciava a falta de representação e proteção efetiva da classe operária. O caso específico de João Vieira, supostamente pago pelo sindicato, mas desinteressado nos problemas enfrentados pelas trabalhadoras, reflete a fragilidade das instituições sindicais da época, frequentemente cooptadas ou ineficazes diante das demandas dos trabalhadores.

Não se tratava de um caso isolado. Novamente, na *Tribuna do Povo*, de 30 de setembro de 1954, apareciam novas denúncias de abusos, dessa vez na empresa Sanharó:

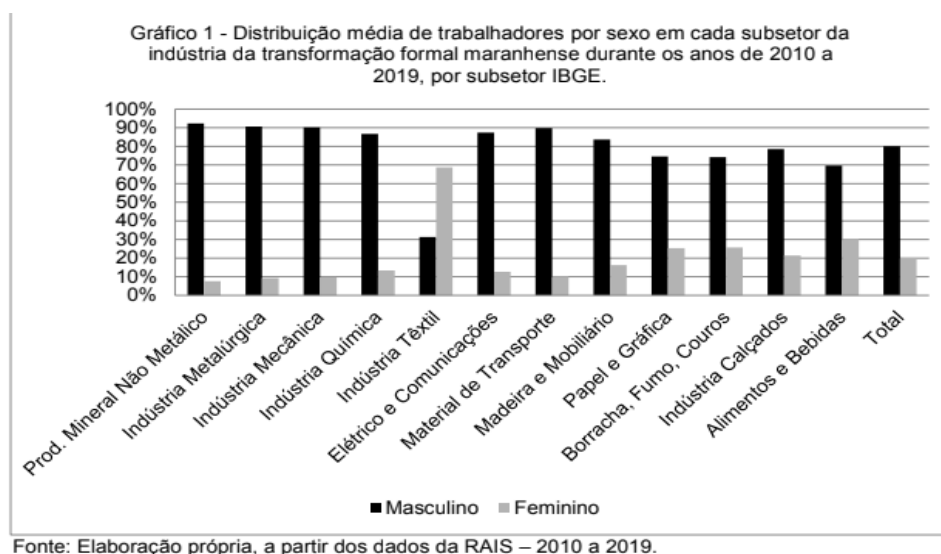
JORNADA DE 13 HORAS. Há bem pouco tempo os operários da «Sanharó» trabalhavam treze horas por dia, com o irrisório salário de 8,40. Hoje, para conseguir o salário mínimo, trabalham dez a doze horas, em virtude da antiguidade das máquinas, da técnica obsoleta, do fio sobre etc. EXPLORADOS POR TODOS OS MEIOS; Na fábrica do governador vale tudo contra o operário. A peça tecida sai com 40 metros. Essa é a metragem paga ao trabalhador. Levada, porém, á calandra, a peça espichada cêrca de 12 metros que vão para o bolso do patrão, além disso, ao esticar a peça na calandra o tecido abre em alguns pontos, ficando com falhas. Então o operário perde a peça. Isto é, nada recebe pelo dia de trabalho.

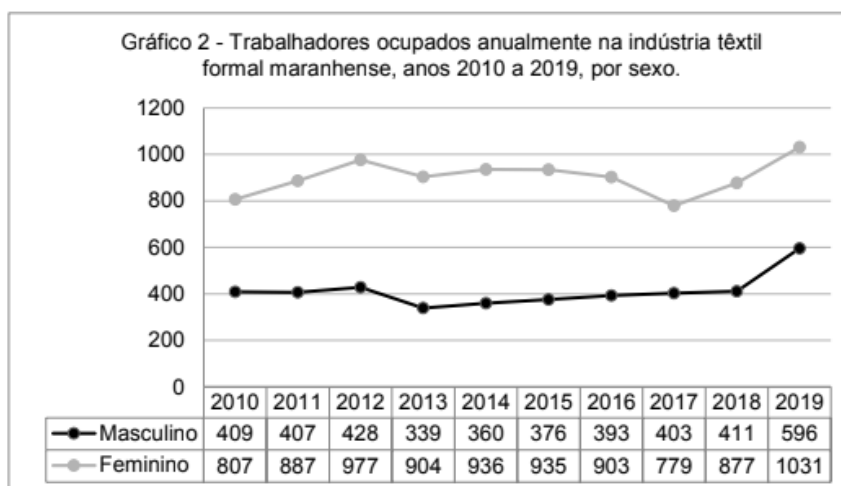
Essa realidade, marcada por baixos salários, falta de assistência e ausência de fiscalização, perpetuava um sistema de exploração que penalizava os operários e, especialmente, as mulheres, submetendo-as a jornadas intensas de trabalho sem qualquer garantia de dignidade ou justiça social. O silêncio e a omissão das entidades responsáveis não só legitimavam essas práticas abusivas, mas também reforçavam a desigualdade estrutural e o desamparo da classe trabalhadora.

## 5. A Permanência Histórica da Divisão Sexual do Trabalho na Indústria Têxtil Maranhense

Este tópico busca analisar a continuidade histórica da participação das mulheres no setor têxtil maranhense, destacando como a divisão sexual do trabalho e as disparidades de renda observadas no passado ainda estruturam a dinâmica do mercado no período de 2010 a 2019.

A análise histórica da indústria têxtil maranhense evidencia que, apesar das transformações tecnológicas e sociais ocorridas ao longo do século XX, a divisão sexual do trabalho permanece enraizada, reproduzindo desigualdades estruturais entre homens e mulheres. Dados extraídos da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) entre 2010 e 2019 demonstram que, embora as mulheres representem 68,67% dos trabalhadores no setor têxtil, sua participação está predominantemente restrita a funções de menor valor agregado e remuneração inferior, perpetuando estereótipos de gênero e desigualdades salariais.

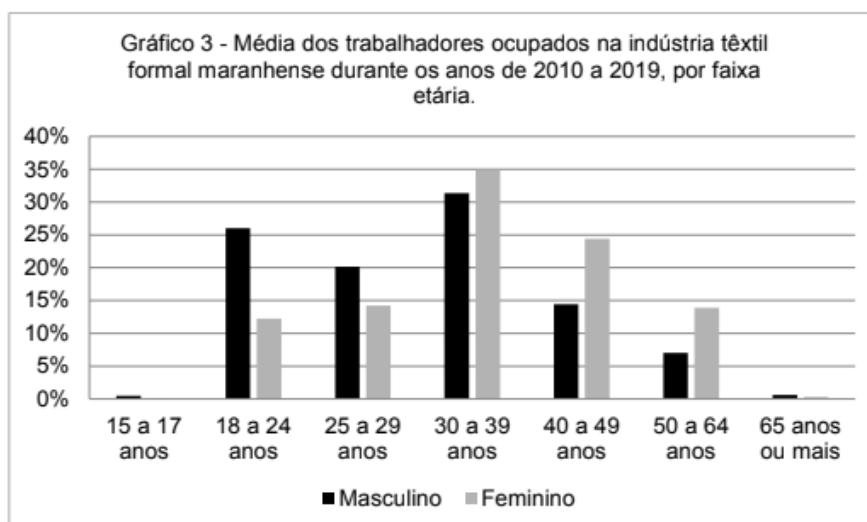




Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da RAIS – 2010 a 2019.

O Gráfico 2 ilustra o predomínio feminino no setor têxtil, sem que essa predominância se traduza em equidade nas condições de trabalho ou na remuneração. Durante o período analisado, as mulheres, apesar de constituírem a maior parcela dos trabalhadores, continuam recebendo salários significativamente inferiores aos dos homens. Além disso, o Gráfico revela uma tendência persistente de concentração de mulheres em funções têxteis, indicando como o setor, mesmo absorvendo maior força de trabalho feminina, mantém os homens em posições estratégicas ou de chefia, reforçando a hierarquização de gênero.

Essa divisão reflete padrões históricos de ocupação no setor têxtil, em que mulheres são vistas como mais adequadas para tarefas manuais repetitivas, enquanto homens são alocados em atividades tidas como mais "técnicas" ou "estratégicas". A representação masculina, embora minoritária no segmento, é proporcionalmente maior nos níveis hierárquicos superiores, refletindo as barreiras estruturais enfrentadas pelas mulheres para avançar em suas carreiras.

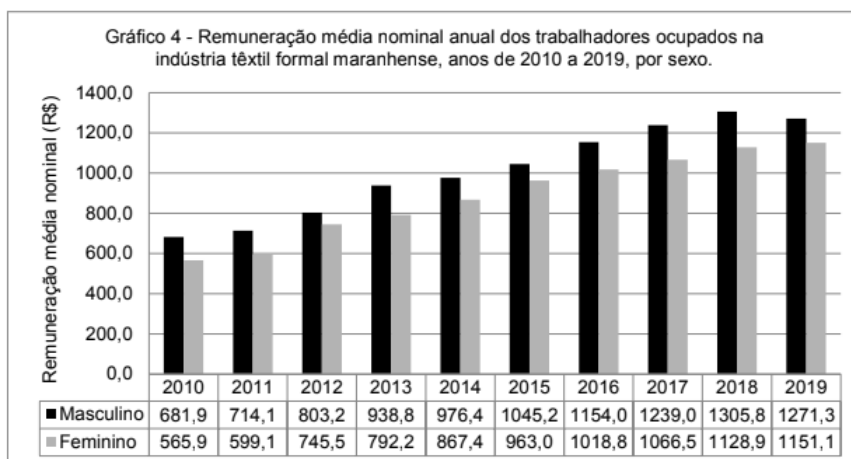


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da RAIS – 2010 a 2019.

O Gráfico 3 destaca a distribuição etária dos trabalhadores do setor têxtil, revelando que o total de contingente da mão de obra feminina está concentrado principalmente nas faixas etárias de 30 a 49 anos, com mais de 60% do total. Isso reflete uma exploração histórica da força de trabalho feminina, especialmente em sua fase mais produtiva. Essa faixa etária, marcada por maior responsabilidade familiar e menor mobilidade no mercado de trabalho, torna essas trabalhadoras particularmente vulneráveis a condições precárias, como baixos salários, jornadas extenuantes e ambientes insalubres. Além disso, a ausência de políticas públicas inclusivas e a falta de acesso à educação e qualificação

para outras faixas etárias reforçam a exclusão de jovens e idosos do setor, evidenciando uma estrutura etária desequilibrada.

Esse cenário também aponta para riscos futuros, pois a dependência de uma força de trabalho predominantemente feminina e concentrada em uma faixa etária específica pode comprometer a sustentabilidade do setor. À medida que essa geração envelhece, há pouca reposição por parte de jovens ou de outras faixas etárias, o que aumenta o risco de colapso estrutural no médio prazo. Se o setor têxtil não investir em inovação, modernização e melhores condições de trabalho, ele poderá enfrentar uma crise de mão de obra, perdendo relevância econômica e competitividade em um mercado globalizado. O quadro atual não apenas expõe as fragilidades do setor, mas também alerta para a necessidade urgente de transformações profundas.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da RAIS – 2010 a 2019.

Esse gráfico revela diferenças substanciais na remuneração nominal média anual entre homens e mulheres, evidenciando que, mesmo quando desempenham atividades semelhantes, as mulheres continuam a receber salários menores. Tal disparidade não se justifica pelas variáveis de escolaridade ou experiência, sugerindo que a hierarquização de gênero permanece como um dos principais fatores estruturais que perpetuam a desigualdade salarial no setor.

Estereótipos de gênero, construídos ao longo de séculos, desempenham um papel essencial na manutenção dessas desigualdades. A feminilidade é tradicionalmente associada à paciência e à minúcia, enquanto a masculinidade é vinculada à liderança e à racionalidade. Isso reforça a presença feminina em tarefas repetitivas e menos valorizadas, ao mesmo tempo em que perpetua a presença masculina em posições hierarquicamente superiores e mais bem remuneradas.

Ao relacionar os dados históricos com os gráficos que retratam o emprego e a remuneração feminina na última década, torna-se evidente que, embora as mulheres ocupem a maioria das vagas no setor, sua presença não se traduz em igualdade salarial ou valorização profissional. Este panorama reflete como o peso das heranças históricas impacta a configuração do mercado de trabalho industrial no Maranhão, reforçando desigualdades de gênero e perpetuando a marginalização econômica das mulheres.

Essa divisão sexual do trabalho transcende o âmbito profissional e afeta diretamente a renda familiar e as condições de vida das mulheres. Como argumenta Saffioti (1982), a subordinação das mulheres no mercado de trabalho não apenas reduz seus ganhos individuais, mas também compromete o padrão de vida familiar, perpetuando um ciclo de desigualdade que afeta gerações. Embora tenha havido avanços pontuais, como o aumento da presença feminina na indústria têxtil, as transformações estruturais necessárias para garantir equidade de gênero ainda são insuficientes. A desigualdade permanece como um entrave significativo, demandando políticas públicas que promovam a reestruturação das relações de trabalho, a valorização das funções tradicionalmente ocupadas por mulheres e o combate à discriminação salarial.

Portanto, compreender e questionar a divisão sexual do trabalho na indústria têxtil maranhense é um passo fundamental para a construção de um mercado de trabalho mais inclusivo e equânime. Apenas com a superação das barreiras culturais e estruturais poderemos assegurar que as transformações no setor industrial reflitam avanços reais na promoção da equidade de gênero.

## **6. Algumas considerações: para uma história comparativa das relações produtivas**

A análise das transformações no trabalho feminino no Maranhão, comparando dois momentos históricos aparentemente distantes — entre 1870 e 1954 e, em seguida, no final do século XX e início do XXI — oferece uma perspectiva privilegiada para entender as dinâmicas de gênero e suas articulações com as mudanças sociais e econômicas. Tal comparação revela não apenas a evolução das condições de trabalho das mulheres, mas também ilumina as transformações nas estruturas de poder, nas normas sociais e nas oportunidades de mobilidade, proporcionando uma compreensão mais profunda do papel da mulher na sociedade maranhense ao longo do tempo.

No período de 1870 a 1954, o Maranhão se inscreve em uma realidade de profundas desigualdades, resultado de um sistema agrário, escravocrata e patriarcal que marginalizava as mulheres, especialmente aquelas de classes populares e negras. O trabalho feminino nesse contexto estava essencialmente atrelado ao setor informal, muitas vezes restrito ao âmbito rural ou ao trabalho doméstico, sem qualquer reconhecimento formal ou direito trabalhista. A mulher, em sua maioria, era vista como propriedade do pai ou do marido, e sua vida produtiva não era considerada em termos de cidadania, mas de subordinação. O trabalho feminino, embora essencial para a manutenção da vida social e econômica, não era reconhecido como trabalho em sua plenitude, sendo marcado por relações desiguais de gênero, classe e raça. A sociedade maranhense, impregnada por estruturas coloniais e escravocratas, negava às mulheres a autonomia necessária para que pudessem participar ativamente nas esferas pública e econômica, limitando-as ao espaço privado, seja como esposas ou mães.

Entretanto, no final do século XX e início do XXI, uma série de transformações no Maranhão e no Brasil mais amplamente começaram a alterar o panorama do trabalho feminino. A urbanização, a industrialização e, principalmente, os avanços nas políticas públicas de igualdade de gênero, ainda que tímidos, possibilitaram uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, além de um aumento significativo da presença feminina na educação e na vida política. A emancipação feminina tornou-se um campo de disputas políticas e sociais, sendo um dos pilares do movimento feminista que, ao longo do século XX, conquistou direitos fundamentais, como o direito ao voto, à educação, ao trabalho remunerado e à saúde reprodutiva.

Contudo, embora essas mudanças representem vitórias significativas, elas não conseguiram erradicar as profundas desigualdades estruturais que ainda marcam a sociedade maranhense. O trabalho feminino, mesmo no contexto mais recente, segue sendo caracterizado por uma precariedade avassaladora, onde a mulher continua a ser estigmatizada pela tríplice opressão de gênero, classe e raça. O acesso ao mercado de trabalho formal é uma conquista que, em muitas situações, esbarra nas mesmas barreiras que existiam no passado: salários desiguais, segregação em setores de baixa remuneração e a persistência de uma cultura machista que, embora desafiada, continua a influenciar a visão social sobre o trabalho feminino.

Ao se fazer um paralelo entre esses dois momentos, fica evidente que, apesar das transformações seculares que remodelaram a sociedade brasileira e maranhense, muitos desafios persistem. O trabalho feminino no Maranhão, como em outras regiões do Brasil, continua sendo um reflexo das desigualdades históricas e das dificuldades de superação de um sistema patriarcal que, embora tenha se disfarçado sob novas formas, não desapareceu completamente. As mulheres maranhenses, muitas das quais continuam a ocupar os espaços mais precarizados e invisíveis da economia, mostram que a luta por igualdade de direitos e condições de trabalho decentes é uma luta em andamento, que exige mais do que conquistas formais. Ela demanda uma mudança radical nas estruturas sociais e econômicas que ainda as mantêm à margem.

A história do trabalho feminino no Maranhão revela, então, uma realidade paradoxal: ao mesmo tempo que testemunhamos uma transformação significativa no papel da mulher na sociedade, essa mudança ainda é insuficiente para erradicar as desigualdades estruturais que marcam sua condição. O que se percebe é que, apesar de todos os avanços legislativos e sociais, as mulheres continuam a enfrentar desafios que exigem uma luta contínua, e talvez apenas a resistência feminista, com sua força disruptiva e transformadora, seja capaz de realmente garantir os direitos e a dignidade que ainda lhes são negados. O trabalho feminino, nas suas múltiplas dimensões, é, portanto, um campo de disputa incessante, e a história do Maranhão, ao evidenciar a persistência das desigualdades, nos convoca a refletir sobre o que significa realmente conquistar a emancipação e o reconhecimento no mercado de trabalho.

### **Referências bibliográficas**

ANDRADE, Manuel. **A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 11a. edição, 2005 (1963).

BARBOSA, Wilson. **Balanço da Economia Brasileira, 1940 - 1980**. São Paulo: LCTE, 2006.

BARBOSA, Francisco. **Economia do Maranhão e de São Paulo: semelhança na origem, descontinuidade no desenvolvimento**. São Paulo: IPADES, 2012.

CALDEIRA, José. **Origens da indústria no sistema agro-exportador maranhense 1875/1895**. Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, Tese de doutoramento, 1988.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 (1959).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas Históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais, 1550 a 1988**. Brasília: IBGE, 1987.

NEGRI, João Alberto de; CASTRO, Paulo Furtado de; SOUZA, Natalia Ribeiro de; et al. Mercado formal de trabalho: comparação entre os microdados da RAIS e da PNAD. Texto para discussão no. 840. Brasília, 2001. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0840.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0840.pdf).

PRADO JÚNIOR. Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988 (1945).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. O trabalho da mulher no Brasil. Perspectivas, São Paulo, v. 5, p. 115-135, 1982.

SANTOS, José Geraldo dos Reis. **Manual de treinamento dos registros administrativos do MTE Caged e RAIS**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador: SEI, 2010. Disponível: [http://www.sei.ba.gov.br/images/releases\\_mensais/pdf/caged/manual/manual\\_treinamento\\_caged\\_rais.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/manual/manual_treinamento_caged_rais.pdf).

SOUZA, Luiz. **Formação Econômica do Brasil - tópicos especiais**. São Paulo: LCTE, 2005.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. Campinas: Hucitec, 2000.

TAVARES, Maria da C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1986.

TAVARES, Maria da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TEIXEIRA, Marilane. A Economia Feminista e a crítica ao paradigma econômico dominante. Temáticas, Campinas, 26, (52): 135-166, ago./dez. 2018.

VERSIANI, Flavio e VERSIANI, Maria. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição in VERSIANI, F. e BARROS, J. (orgs.) **Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização**. São Paulo: ANPEC, 1978.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão**. 1896 -1934. São Luís: Lithograf, 1992.

#### Fontes

Acervo Digital Benedito Leite, Jornal O Operário/1893

[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20160607175809.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160607175809.pdf)

Acervo Digital Benedito Leite, Jornal Tribuna do Povo/1954

[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20160607174854.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160607174854.pdf)

Acervo Digital Benedito Leite, Jornal Tribuna do Povo/1958

[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20160607174854.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160607174854.pdf)